

## Enquadramento e metodologia de crítica de mídia

Danilo Rothberg

**Resumo:** A multiplicação dos observatórios de mídia no Brasil traz um ambiente saudável de responsabilização dos meios de comunicação acerca de sua performance na manutenção da qualidade do sistema democrático. Se é difícil visualizar critérios exatos sob a produção de muitas das críticas por eles produzidas, provavelmente isso se dá em função da natural complexidade do campo analisado. Cabe, assim, buscar metodologias que possam gerar análises ponderadas sobre virtudes e insuficiências de matérias jornalísticas. A teoria do enquadramento, um dos paradigmas mais utilizados atualmente pelos estudos de mídia em todo o mundo, é revisitada neste artigo, de maneira a oferecer contribuições para informar a crítica em busca de clareza e precisão.

**Palavras-chave:** crítica de mídia; enquadramento; democracia.

### Introdução

A multiplicação dos observatórios de mídia no Brasil traz um ambiente saudável de responsabilização dos meios de comunicação acerca de sua performance na manutenção da qualidade do sistema democrático. Lideradas por universidades, as iniciativas são diversas, com graus de recursos e consolidação variáveis, mas em geral elas convergem para uma atuação altamente positiva com três objetivos: a) oferecer ao público em geral um conjunto de balizas para avaliar a adequação das mídias jornalísticas em relação ao que delas deve se esperar como compromisso com a cidadania, aqui entendida como direito civil de liberdade de informação; b) compor um meio coadjuvante na formação universitária na área de comunicação e jornalismo; c) divulgar um painel para que os próprios jornalistas sejam incentivados a refletir sobre seus acertos e eventuais falhas.

Se a função dos observatórios revela-se, assim, de singular importância em um país no qual a noção de interesse público requer contínuo esforço para ser esclarecida, cabe examinar de perto os métodos e as técnicas que eles empregam em

sua críticas. Não é impróprio sugerir que, na maioria das vezes, o olhar recai sobre supostas falhas éticas e de informação visíveis em matérias de jornais, rádios, TVs e websites identificadas aleatoriamente. Se é difícil visualizar critérios exatos sob a produção de muitas dessas críticas, provavelmente isso se dá em função da natural complexidade do campo analisado (Bourdieu, 2005), construído a partir de julgamentos editoriais com posicionamentos éticos multifacetados, limitações de tempo e espaço inerentes ao ofício, ambigüidades, polissemias e injunções de toda ordem.

A imprecisão não tira, obviamente, o mérito dos observatórios de mídia, embora possa eventualmente contribuir para lhes render embates infrutíferos com jornalistas e editores que não reconhecem a legitimidade das críticas ou fazem objeções aos seus próprios termos e argumentos. Embora os dois primeiros objetivos delineados acima (qualificação do público e do estudante) possam ser até melhor atendidos quando alimentados pela controvérsia daí resultante, a consecução do último objetivo, o aperfeiçoamento do profissional da área, é prejudicada.

Deste raciocínio surgem duas perguntas pertinentes: se as críticas de mídia fossem mais exatas e objetivas, dando menos margem a questionamentos, a formação do profissional poderia ser melhor atingida? E, caso a resposta a esta primeira questão seja positiva, através de quais meios teóricos e metodológicos seria possível produzir críticas menos controversas e mais firmes, capazes de constituir um contraponto seguro que os jornalistas teriam dificuldade de contestar?

Este texto, ao concordar com uma resposta afirmativa à primeira pergunta, vai oferecer uma contribuição à complexa tarefa de encontrar respostas satisfatórias à segunda questão. Ou seja, a proposta aqui é indicar os contornos de uma metodologia de crítica de mídia que possa gerar análises ponderadas sobre virtudes e imperfeições de matérias jornalísticas. Desta forma, a teoria do enquadramento, um dos paradigmas mais utilizados atualmente pelos estudos de mídia em todo o mundo, será revisitada. O percurso vai, inicialmente, caracterizar seus fundamentos, para depois traçar conexões férteis com as exigências rotineiras dos observatórios, a fim de informar a crítica que pretenda alcançar níveis razoáveis de clareza e precisão, suficientes para ser considerada uma referência ao jornalista disposto a avaliar seu trabalho diário.

### **Conceitos de enquadramento**

Porto (2004, p.78) caracteriza os enquadramentos como “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais”. Na prática jornalística, um enquadramento (*framing*) é construído através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer. Trata-se de uma idéia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas etc.

Gamson e Modigliani (1989, p.3) caracterizam os enquadramentos como “pacotes interpretativos” que conferem sentido a um assunto. Tais pacotes são capazes de “construir significados ao longo do tempo, incorporando novos eventos aos seus enquadramentos interpretativos” (p.4). Segundo esta ótica, “os enquadramentos não devem ser confundidos com posições a favor ou contra alguma medida política”, assim como “nem todo pacote pode ser identificado com uma clara posição política”.

Sob esta ótica de estudo, destaca-se a noção de *priming*, função através da qual as mídias preparariam o campo das idéias, presumivelmente no ponto em que elas tendem a ser compartilhadas por certas camadas de receptores, de maneira a torná-lo mais propício ao florescimento de certas visões dos fatos e processos políticos, e não outras. Através da função de *priming*, a mídia sugere determinadas balizas para a avaliação de políticos e candidatos em relação a certos assuntos ligados à gestão pública. “Ao tornar certos assuntos mais proeminentes nas mentes das pessoas (agenda setting), a mídia de massa também é capaz de dar forma às considerações que as pessoas levam em conta quando fazem julgamentos sobre candidatos e questões políticas (*priming*)”, definem Scheufele e Tewksbury (2007, p.11).

Não está incluída aqui a crença de que a mídia determina o pensamento dos indivíduos, posto que eles dispõem rotineiramente de meios de reinterpretação pessoal e apropriação específica dos conteúdos midiáticos de acordo com suas inclinações, vivências e capacidades. Mas também não está envolvida a noção de efeitos mínimos da comunicação, sob a qual os sujeitos estariam livres para usar e recusar à sua maneira as mensagens. Na verdade, subjaz à teoria do *framing* a percepção de que “os

enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou importância aparente de certas idéias, ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular” (Entman, 2007, p164).

Os diversos desenvolvimentos empíricos sustentados pelo conceito de enquadramento levaram à percepção de que determinados assuntos podem ser apurados pelas mídias jornalísticas segundo formatos específicos de cobertura (Porto, 2004; Iyengar, 1990 e 1991; Entman, 1993). Desta forma, as eleições, por exemplo, tendem a ser cobertas sob os enquadramentos de *jogo* ou *corrida de cavalos*, que ocorrem quando os temas mais comuns trazidos pelos jornalistas são aqueles ligados às chances de derrota ou vitória no pleito eleitoral, sobrando pouco tempo ou espaço para enfoques mais abrangentes sobre as políticas efetivamente propostas pelos candidatos, seus desafios reais, obstáculos, perspectivas etc. A pergunta que parece motivar as reportagens não é “como a política pode contribuir para resolver os problemas da sociedade?” e sim “como a campanha do candidato pode ajudar ou atrapalhar suas chances de vitória?”.

Outra forma comum de cobertura política é dada pelo enquadramento *estratégico*. As ações e decisões de mandatários, candidatos e pré-candidatos tendem a ser apresentadas como elementos de um cálculo — supostamente ocultado pelo próprio político, mas revelado pelo jornalista — efetuado como parte de uma estratégia que assume vários objetivos. Entre eles, podem estar a conquista da adesão de um indivíduo incôscio dos meandros obscuros da política; a sinalização, aos competidores, dos termos em que se dará a negociação nos bastidores; a ocultação de supostas verdades incômodas; ou a simples busca por vantagens pessoais, poder, riqueza, prestígio etc.

Já os fatos relevantes do percurso de definição e execução de políticas públicas sofrem a tendência de serem representados sob a forma dos enquadramentos *episódicos*, que mal tocam nas questões propriamente políticas do fato, ligadas à complexidade das escolhas envolvidas em determinada opção a ser adotada ou rejeitada pela gestão pública, e apenas acentuam aspectos circunstanciais dos fatos enfocados.

Como exemplo, pode-se tomar uma matéria sobre um eventual discurso do presidente da República proferido no evento de lançamento de uma comissão

interministerial dedicada ao exame dos planos de expansão e reforma nos setores de transportes e logística de exportação. Ao invés de analisar as características da infra-estrutura existente, suas deficiências e os termos das reformas e políticas propostas para a área, o jornalista apenas “informa” que o evento foi promovido para sinalizar, à oposição, uma suposta mudança de gestão na área, ou para fortalecer um ministro criticado nas semanas anteriores.

Enquadramentos de *jogo*, *estratégico* e *episódico* podem assumir a forma de uma variação conhecida como enquadramento de *conflito*. Nesse caso, a ênfase das matérias recai sobre o potencial de disputa em tese envolvido nos movimentos dos políticos. Os significados mais gerais de suas ações, referentes à administração mesma de políticas públicas, com antecedentes, critérios, resultados etc. são negligenciados. Enquanto isso, o enfoque jornalístico se dá sobre as conseqüências dos supostos choques entre opções diferentes para a dinâmica do poder dentro dos partidos, do parlamento e para a ascensão ou declínio do próprio político, aliados e adversários.

A cobertura da política se torna a cobertura dos bastidores da política. Proliferam as fontes em off e anônimas, e o jornalismo diário vai sendo construído com base não no que deve ser de fato apreciado por um cidadão de uma democracia madura, mas sim naquilo que os políticos supostamente estariam tentando esconder de sujeitos que, se não fosse a astúcia de jornalistas sempre dispostos a revelar as verdades sob a mesa, seriam inevitavelmente engabelados. Enquanto isso, a substância da política enquanto negociação democrática pela otimização das oportunidades de desenvolvimento é subtraída, e o resultado tende a ser a disseminação do ceticismo em relação à política e do descrédito generalizado nos mandatários.

Os enquadramentos *temáticos* são vistos pelos estudiosos da área como um meio de superar a fragmentação e a superficialidade promovidas pelos enquadramentos de *jogo*, *estratégico*, *episódico* e de *conflito*. Os temas em questão são os aspectos concretos das políticas públicas envolvidas nas escolhas eleitorais, ações e decisões de mandatários, conferências nacionais e internacionais, votações parlamentares, arranjos partidários, implementação de novas medidas legais etc.

Uma cobertura centrada em temas exige que os jornalistas saibam situar os diversos aspectos das políticas públicas em seu devido contexto. Eles devem explorar as relações entre antecedentes e conseqüências segundo diferentes perspectivas,

considerando as expectativas das pessoas afetadas e os resultados previstos de acordo com visões diversas, além de examinar influências macroestruturais, tendências históricas, alternativas, possibilidades, exemplos de outras regiões ou países, possíveis obstáculos etc.

Tal natureza de cobertura exige explorar o alcance de eventuais contradições e conflitos entre visões distintas, mas não apenas confrontando-as simplesmente, e sim oferecendo explicações para as diferenças. O jornalista deve também ser capaz de avaliar a representatividade das diferentes perspectivas concorrentes em torno de determinado assunto, selecionando aquelas mais relevantes e operando o diálogo entre elas de maneira a preservar igualdade de expressão. É preciso ter o cuidado de não excluir determinadas idéias com base no julgamento de que sejam minoritárias, mas também não se pode conceder espaço àqueles defendam posicionamentos completamente alienados do pacto social então vigente, baseados em violência, intolerância ou preconceito.

Enfim, o enquadramento *temático* envolve pluralismo e equilíbrio, que podem então ser considerados como elementos capazes de conduzir à superação da fragmentação, superficialidade e tendência ao entretenimento contidos nos enquadramentos de *conflito* etc.

O pluralismo corresponde a um tratamento compreensivo de causas, conseqüências e da diversidade de fatores que concretamente influenciam a definição e a implementação de políticas públicas. Fatos e acontecimentos complexos e relevantes devem ser noticiados de maneira abrangente, verificando-se seus antecedentes e implicações, relações historicamente constituídas etc. Eleições merecem enfoque sobre a política como instrumento de negociação democrática, de arbitragem entre interesses conflitantes.

As soluções propostas devem ser analisadas segundo as lições trazidas por iniciativas semelhantes ou correlatas no passado e de acordo com as projeções de desempenho esperado. Não se trata apenas de “ouvir os vários lados” de um assunto, conforme reza o senso comum dos jornalistas, mas sim de apurar a diversidade de perspectivas que importam para o fato em exame. O procedimento não se resume a colher visões alegadamente contrárias, colocando umas diante das outras, simplesmente. Primeiro, porque onde o olhar apressado vê apenas oposições, pode

haver matizes, contrastes e sintonias inesperadas. Segundo, porque as diferenças entre as perspectivas relevantes precisam ser elucidadas, em aproximações refletidas.

Já o equilíbrio é um critério de produção da pluralidade. Ele deve ser empregado em processos com duplo desafio: primeiramente, é preciso identificar as visões que merecem expressão a respeito de um dado assunto, porquanto mais intimamente relacionadas a ele e representativas dos setores relevantes. Em segundo lugar, é preciso planejar como cada uma das perspectivas detectadas deve ser colocada, utilizando-se finalmente as possibilidades de linguagem do jornalismo em um tratamento sério, consistente e ponderado.

Ao falhar em oferecer enquadramentos *temáticos*, o jornalismo traria efeitos especialmente nocivos à democracia, sustenta Goidel (2000, p.154). Ao enfatizar o uso estratégico de questões políticas, a mídia “tornou mais difícil e menos provável que os cidadãos vejam as decisões relativas às políticas públicas como meios para melhorar suas comunidades, erodindo, assim, a fé nas instituições e processos democráticos e nos administradores eleitos”, sugere o autor. “Ao retratar as notícias na forma de enquadramentos episódicos, e não temáticos, e ao não oferecer continuidade ou contexto às matérias, a mídia, mesmo sem desejá-lo, incentiva os cidadãos a se concentrar em soluções individuais, e não coletivas ou comunitárias, para os problemas sociais, econômicos e políticos”, indica Goidel, que nesse ponto se apóia sobre Iyengar (1991).

A partir de estudos empíricos nos Estados Unidos, Iyengar sustenta relações de causa e efeito entre enquadramentos de notícias de TV sobre determinados assuntos e atitudes. Sua investigação aponta que “a exposição a notícias episódicas torna os espectadores menos suscetíveis a cobrar responsabilidade das autoridades públicas pela existência de um problema e, também, a considerá-las responsáveis por minorá-lo” (1991, p.2-3). “Ao desencorajar os espectadores a atribuir responsabilidade por questões nacionais aos atores políticos, a televisão reduz o controle público sobre os representantes eleitos e as políticas que eles adotam” (p.3).

A pesquisa de Iyengar traçou correlações abrangentes entre os efeitos concretos da recepção de TV e a formação do discernimento político do eleitor nos Estados Unidos (p.5):

Ao retratar os assuntos principalmente como eventos ou instâncias isoladas, a televisão impede o reconhecimento de interconexões entre os assuntos e, assim, contribui para a ausência de contornos ideológicos ou consistência na opinião pública americana. Da mesma forma, o constante foco da TV em episódios específicos, agentes individuais, vítimas e outros atores, em detrimento de informação mais abrangente e temática, inibe a atribuição da responsabilidade política a fatores sociais e às ações de políticos como o presidente. Esses efeitos tornam as autoridades eleitas e as instituições públicas menos responsivas ao público americano.

Goidel (2000, p.156) é cauteloso e pondera que existem indicações empíricas de que o consumo de notícias possui relações mais complexas com a formação da criticidade do público, as quais vão além de relações de causa e efeito mensuráveis. Desta maneira, ainda permaneceria em aberto a questão de se a confiança na democracia será sempre maior quando as pessoas forem mais intensamente expostas a reportagens contextualizadas.

Há pesquisas que, de fato, indicam a existência de uma relação positiva entre consumo de notícias abrangentes e engajamento cívico, mas elas ainda precisam ser aprofundadas. Ainda assim, a televisão tende a ser responsabilizada pelo decréscimo da participação cívica na forma de menor comparecimento às urnas (considerando os países nos quais o voto não é obrigatório) e menor integração a associações comunitárias (Putnam, 1995). E a literatura científica na área tende a reconhecer, como fator de desestímulo ao engajamento político, um tal quadro composto rotineiramente por enquadramentos episódicos, que descaracterizam os aspectos efetivamente ligados à definição e à administração de políticas públicas, ao reduzir os desenlaces do processo político a meros embates entre vaidades, interesses pessoais e de grupos poderosos, ambições de poder etc (Blumler e Gurevitch, 1995).

### **Conexões entre enquadramento e crítica de mídia**

Entendidos como formatos genéricos de cobertura, os diversos enquadramentos possíveis a uma matéria podem ser identificados por uma crítica de mídia que procure emitir um julgamento objetivo sobre as matérias em análise. Os diversos traços que vão figurar como característicos de um dado enquadramento surgem do exame atento de uma cobertura específica, em processo de estudo e aproximação no qual eles vão se revelar como atributos inseparáveis do foco adotado



pelo veículo. A avaliação de enquadramento tende a ser clara o suficiente para que contenha, a um só tempo, um inventário dos olhares construídos por determinada matéria em torno de certo assunto e uma consideração qualitativa a respeito da adequação de seu foco.

Se uma matéria apenas descreve, por exemplo, os candidatos nos termos de suas chances de vitória, ela promove um enquadramento *estratégico*, pouco compatível com as exigências de formação política envolvidas na cidadania moderna; se examina as reivindicações de trabalhadores rurais em uma invasão de terras sob o prisma da ênfase na infração da ordem legal, falha em oferecer equilíbrio; se informa as exigências de categorias grevistas somente após ter relatado os distúrbios em ruas ocupadas pelos protestos, ali o pluralismo é negligenciado por uma versão com enquadramento *episódico*; se anuncia a nova política social com destaque para os choques entre os mandatários responsáveis por sua implementação, promove um enquadramento de *conflito*; se noticia a violência cometida por ou contra adolescentes em conflito com a lei sem a contextualização legal e conceitual devida, apenas com ênfase sobre os aspectos sensacionais do fato, também neste caso, como em todos os outros acima, priva o indivíduo dos enquadramentos *temáticos* que são necessários à sua formação integral enquanto sujeito político.

Como recorre a uma tipologia razoavelmente simples para caracterizar matérias em relação à profundidade de seu enfoque, número e natureza de fontes consultadas, aspectos envolvidos e hipóteses apuradas, a crítica de mídia baseada na noção de enquadramento pode, argumenta-se aqui, alcançar um grau satisfatório de objetividade. E esta qualidade é essencial quando se pretende não meramente denunciar alegadas impropriedades de matérias jornalísticas, mas sim envolver seu autor (e editor) em um processo de reflexão sobre as conseqüências de enfoques fragmentados e incompletos.

Abraçar a noção de enquadramento implica evitar julgamentos que atribuem, a uma suposta intencionalidade de jornalistas e editores, a feição que uma dada matéria vem a assumir. Nesse contexto, as apropriações de sentido, construídas a partir das inevitáveis escolhas implícitas na produção de uma simples pauta, deixam de ser consideradas fruto de manipulação deliberada. Ao invés, elas passam, de acordo com as mais recentes tendências de estudo de mídia, a ser tidas como resultado de

esquemas de pensamento arraigados como *habitus* sob fórmulas consagradas por padrões industriais de produção da notícia (Barros Filho, 2002; Barros Filho e Martino, 2003).

Outro aspecto que aponta em favor do uso da noção de enquadramento pela crítica de mídia diz respeito às aquisições da psicologia cognitiva. Por que, nesse sentido, se preocupar em identificar o enquadramento de uma matéria quando se quer apontar seus méritos ou suas insuficiências? Ora, porque numerosas pesquisas (não só da área de comunicação) indicam que a maneira com que um texto dá a conhecer determinada realidade reside justamente no modo pelo qual ele a enquadra (Nelson, Oxley e Clawson, 1997, p. 222):

O conceito de enquadramento tem sido amplamente empregado por estudiosos de psicologia, ciência política e estudos de comunicação. Na pesquisa em comunicação política, o enquadramento tem sido representado como um processo pelo qual uma fonte (uma matéria de TV ou jornal impresso, ou talvez um único indivíduo) define o problema essencial ao enfatizar um assunto social ou político em particular, e delinea um conjunto de considerações que figuram como relevantes para aquele assunto.

O que se tem como resultado da assimilação de uma matéria é, assim, um esquema de pensamento a ser entendido como um quadro genérico de compreensão do assunto, no qual determinados aspectos adquirem relevância, e outros simplesmente deixam de existir. Tomando-se os exemplos já dados, vale dizer que, se uma matéria apenas descreve os candidatos nos termos de suas chances de vitória, sem examinar os aspectos substanciais das políticas por eles defendidas, ela tende a favorecer um entendimento da política como jogo, motivado por ambições pessoais, às expensas dos meios reais pelos quais se podem resolver os problemas cotidianos das pessoas comuns; se uma matéria noticia uma invasão de terras com ênfase na ruptura da ordem legal, tende a promover uma visão do conflito no campo como um caso de polícia, no qual não cabem considerações sobre as desigualdades geradas como resultado de determinado padrão histórico de desenvolvimento; se uma matéria sublinha os transtornos trazidos por protestos de sindicatos, desconsiderando as relações de força e reivindicações envolvidas, tende a compor um quadro no qual as demandas salariais são motivo de desordem; se uma matéria anuncia a nova política de previdência municipal com ênfase nas brigas entre prefeito e vereadores, reduz a administração da

cidade à esfera dos interesses pessoais; por fim, se uma reportagem noticia a violência cometida por ou contra adolescentes em conflito com a lei sem contexto ou depoimentos de especialistas, tende a propagar a visão de que o problema não tem relação com o ambiente social e macropolítico, e nesse quadro inexistem políticas públicas sociais de preservação de direitos daquele público, sobrando apenas medidas de segurança pública.

Se a crítica de mídia foca, portanto, o enquadramento do texto analisado, coloca em primeiro plano o que se acredita, atualmente, ser um dos efeitos da recepção de matérias jornalísticas, ou seja, a construção de hábitos de pensamento e visões de mundo nos quais certos problemas têm mais proeminência e são explicados de determinadas maneiras, ao passo que outras questões tendem a ganhar menor projeção ou não conseguem ser apreciadas de formas distintas.

A eventual falta ética a ser apontada pela crítica de mídia vai estar relacionada à natureza do amálgama de concepções subjacentes às matérias analisadas. Assim, será avaliada, precisamente, a qualidade do enquadramento: deve-se verificar se ele contém pluralismo e equilíbrio, oferecendo um tratamento *temático*, ou se é meramente fragmentado e superficial, nos formatos de *jogo*, *conflito*, *episódico* e *estratégico*, que pouco contribuem para a formação do sujeito político desejado pelas democracias contemporâneas maduras.

Para se produzir uma descrição competente de enquadramento, os métodos são variados. Uma maneira simplificada consiste em inventariar itens de informação que podem ser classificados em categorias de seleção, exclusão e ênfase. A primeira envolve os dados apresentados pelo texto, em oposição à segunda, que estima as informações que deveriam estar presentes a fim de atender os critérios de pluralidade e equilíbrio em enquadramentos *temáticos*, completos o suficiente para um entendimento mais amplo do assunto em questão. Já a ênfase é percebida a partir da identificação dos elementos que se destacam de alguma forma na matéria, seja porque são ressaltados na forma de título, lide, olho, linha fina, planejamento gráfico e fotografia, ou são articulados como conclusão da reportagem.

Uma vez preenchidas colunas com cada uma das categorias de seleção, exclusão e ênfase, um balanço entre elas pode produzir uma leitura capaz de apontar o enquadramento preponderante. É importante ressaltar que será possível,

eventualmente, identificar enquadramentos concorrentes, construídos simultaneamente a partir de outras informações apresentadas pela matéria. Esta hipótese é plausível de acordo com a literatura científica (ao menos segundo os autores já citados aqui). O enquadramento dominante será aquele a se revelar ligado aos elementos mais enfatizados pelo texto em exame, distinguindo-se como *leitura preferencial*. Se outras leituras forem permitidas, elas serão secundárias, no sentido de que se apoiarão sobre itens de informação isolados e de menor relevância para o significado central então promovido.

Para reduzir possíveis discordâncias entre leituras preferenciais (dominantes) e secundárias, conferindo mais clareza e substância às primeiras, outros métodos têm sido empregados. A análise de conteúdo é um dos mais freqüentes, exigindo a quantificação de unidades de sentido a serem definidas de acordo com a amostra pesquisada. Muitas vezes, definem-se termos-chave envolvidos nos temas estudados, e cada ocorrência deles é somada, a fim de gerar uma espécie de radiografia dos significados presentes no texto. A valência de cada ocorrência pode variar, conferindo-se maior peso aos termos situados em posições de destaque, como o título, por exemplo, ou a chamada, a introdução, o conteúdo das imagens (inclusive no caso de matérias de TV) etc.

A análise do discurso também é empregada com freqüência na descrição de enquadramento, produzindo um olhar de corte qualitativo. Há, ainda, pesquisas que combinam análise de conteúdo e de discurso, captando ao mesmo tempo dimensões quantitativa e qualitativa dos significados dominantes em uma matéria. A garantia de credibilidade dos resultados vem da checagem constante da classificação das unidades de sentido que vierem a sustentar determinado enquadramento, por meio de procedimentos de cruzamento e confiabilidade entre codificadores (*intercoder reliability*).

Embora esses procedimentos também possam ser aplicados de maneira promissora à análise de coberturas de menor extensão, compostas, por exemplo, por menos que seis matérias sobre um mesmo assunto, eles são mais adequados à tarefa de investigação de uma grande amostra, na qual as matérias se contem às centenas, cobrindo pelo menos 12 meses, de dois veículos diferentes (com corte comparativo), sobre temáticas e com objetivos diversificados, nos moldes das pesquisas que são

comuns na Europa e nos Estados Unidos. Apesar de os observatórios brasileiros raramente contarem com recursos para tal empreendimento científico, pode-se dizer que seu amadurecimento passa pela realização de projetos dessa envergadura, com mais precisão, abrangência e credibilidade. Sua evolução exige, assim, que qualifiquem-se a captar recursos, seja das agências oficiais de fomento, de institutos, fundações ou das próprias universidades que os abrigam.

Por fim, vale dizer que os códigos de ética jornalística também podem ser uma referência para a crítica de enquadramento. É verdade, no entanto, que o código da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) não menciona a provisão de pluralismo e equilíbrio como metas profissionais. O texto, de 1987, defende apenas que a “verdade dos fatos” seja perseguida. Talvez a ausência reflita o momento de sua formulação, ocorrido logo após o fim do regime militar, quando ainda era preciso reconstruir um arcabouço de garantias legais dos direitos civis — que já existiam de maneira ininterrupta em outros países, que então puderam avançar em seu aperfeiçoamento. Mas, segundo códigos mais modernos, como o da Asne (American Society of Newspaper Editors), de 1999, os jornalistas devem se fazer quatro ordens de perguntas durante uma reportagem:

1. Quais suposições e visões preconcebidas nós estamos trazendo para a mesa? Como tais visões preconcebidas moldam nossa cobertura noticiosa antes mesmo que nós comecemos a enquadrar a reportagem?
2. Qual é a essência da reportagem? Como deveríamos enquadrar nossa cobertura a fim de perceber onde o assunto começa, as nuances da situação e os significados que as pessoas estão propagando?
3. Como e quem estamos ouvindo? Que vozes devemos cobrir a fim de iluminar a cobertura de notícias e como precisamos nos aprofundar nas muitas dimensões das nossas comunidades para encontrar essas vozes?
4. Como poderíamos avaliar nossa cobertura ao longo do tempo? Quando nós pensamos sobre a cobertura ao longo do tempo, como devem ser nossas conversas na redação e quais perspectivas, experiências e conhecimentos devemos trazer para a redação?

Se as matérias analisadas pelos observatórios refletirem julgamentos que se mostrem incompatíveis com a produção da pluralidade e do equilíbrio em enquadramentos *temáticos*, a crítica de mídia terá, desta forma, um objetivo preciso: o de encorajar jornalistas e editores a se fazer perguntas como aquelas propostas pelo código de ética da Asne. Parece pouco, mas pode ser um passo importante em um campo no qual, a despeito das denúncias de manipulação intencional de informações,

muitas insuficiências ainda são resultado do automatismo de processos de produção nos quais não se questiona a qualidade do enquadramento que se vai propagar.

## Referências:

- ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso "estado de natureza"*. Disponível em: <http://doxa.iuperj.br/artigos/MST2.pdf>. Acesso em: 29 junho 2007.
- AMERICAN SOCIETY OF NEWSPAPER EDITORS. *Reconsidering journalism values*. 1999. Disponível em: <http://www.asne.org/index.cfm?ID=3280>. Acesso em: 25 março 2007.
- BARROS FILHO, Clóvis de. Reflexo de pauta: ética e habitus na produção da notícia. *Contracampo*. Vol. 7, n. 0, 2002, p. 157-182.
- BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (eds.). *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Polity, 2005.
- BLUMLER, Jay. G.; GUREVITCH, Michael. *The crisis of public communication*. Londres: Routledge, 1995.
- COULDRY, Nick. Culture and citizenship: The missing link? *European Journal of Cultural Studies*. Vol. 9, n. 3, 2006, p. 321-339.
- DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno*. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Edusp, 1992.
- ENTMAN, Robert. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*. Vol. 43, n. 4, 1993, p. 51-58.
- \_\_\_\_\_. Framing bias: media in the distribution of power. *Journal of Communication*. Vol. 57, n. 1, 2007, p. 163-173.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. 1987. Disponível em: [http://www.fenaj.org.br/Leis/Codigo\\_de\\_Etica.htm](http://www.fenaj.org.br/Leis/Codigo_de_Etica.htm). Acesso em: 25 março 2007.
- GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *The American Journal of Sociology*. Vol. 95, n. 1, 1989, p. 1-37.
- GENTILLI, Victor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a comunicação. *Revista Famecos*. Nº 19, 2002.
- GUERRA, Josenildo Luiz. Rede Nacional de Observatórios de Imprensa: um panorama inicial. 2007 (mimeo.)
- GOIDEL, Robert K. If you report it, will they care? Political knowledge and public journalism. In: EKSTEROWICZ, Anthony J.; ROBERTS, Robert N. (eds.) *Public journalism and political knowledge*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2000.
- IYENGAR, Shanto. The accessibility bias in politics: television news and public opinion. *International Journal of Public Opinion Research*. Vol. 2, n. 1, 1990, p. 1-15.
- \_\_\_\_\_. *Is anyone responsible? How television frames political issues*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MIGUEL, Luis Felipe. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. In: *Anais do 13º Encontro Anual da Compós – Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. São Bernardo do Campo, 2004.
- NELSON, Thomas E.; OXLEY, Zoe M.; CLAWSON, Rosalee A. Toward a psychology of framing effects. *Political Behavior*. Vol. 19, n. 3, 1997, p. 221-246.
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.
- PUTNAM, Robert D. Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America. *PS: Political Science and Politics*. Vol. 28, n. 4, 1995, p. 644-83.
- SCHEUFELE, Dietram A.; TEWKSBURY, David. Framing, agenda setting, and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*. Vol. 57, n. 1, 2007, p. 9-20.
- SCHUDSON, Michael. The varieties of civic experience. *Citizenship studies*. Vol. 10, n. 5, 2006, p. 591-606.